



# **PPAG 2016-2019** **EXERCÍCIO 2018**

Boletim de Monitoramento – **PLE 156/2017**

**Desenvolvimento Produtivo,  
Científico e Tecnológico  
Meio Ambiente**



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
DE MINAS GERAIS

# BOLETIM DE MONITORAMENTO – PLE Nº 156/2017

Programa 143 – Proteção das Áreas Ambientalmente Conservadas, da Fauna e da Biodiversidade Florestal

## Proponentes

Nayara Ferreira Assunção Genelhú (Prefeitura Municipal de Fernandes Tourinho), Rubens Balbino de Araújo (Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG), Vanda de Sousa Viana (Câmara Municipal de Fernandes Tourinho), Cláudio Moreira de Souza (Câmara Municipal de Fernandes Tourinho), José Júlio Nascimento, Juliano Daniel Groppo (Universidade do Vale do Rio Doce), Santos Batista de Oliveira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Luís Ricardo de Souza Corrêa (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM – Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia), Neilton Carlos Antunes Bahia (Cemig Distribuição), Silvano André Pereira, Natalino Alves Caldeira (Câmara Municipal de José Gonçalves de Minas), Dauvande Pereira dos Santos (Câmara Municipal de Rio do Prado), Welder das Graças Coelho Ramos (Prefeitura Municipal de Setubinha), Vanusa Pereira dos Santos, Raul César Ferreira Durães (Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa- MG), Eder Portella Loyola (Copasa-MG), José Maria Martins de Jesus, Willer Durval Lemos Coelho (Câmara Municipal de Minas Novas), Joubert Fernandes dos Santos (Prefeitura Municipal de Minas Novas), Mateus Fernandes de Sousa (Prefeitura Municipal de Minas Novas), Maria Dirce Primo Soares (Prefeitura Municipal de Minas Novas), João Batista Alves de Souza (Associação Escola Família Agroecológica de Araçuaí), Cleide Cristina Pereira dos Santos (Escola Família Agrícola Renascer), Jefferson Bispo Pereira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Paula Suely de Matos Prates (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Guilherme Gonçalves Rabelo (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Tiago Miranda Mendes (Instituto Francisca Veras), Monica Rodrigues Teixeira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Daniel Costa Sousa, Janeclide Lima de Matos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Manuela Pereira de Almeida Pinto (Escola Família Agrícola Serra do Brigadeiro), Leonardo Ferreira Souza, Cristiana Marques Fernandes, Jaqueline Ferreira Freitas, Deyse Magalhães Silveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Cláudio Francisco Soier (Associação Comunitária de Promoção e Incentivo aos Grupos de Produção de Minas Novas), Gilmar de Souza Oliveira (Escola Família Agrícola Paulo Freire).

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: \_\_\_\_\_. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão.** (Portal.) Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/tramitacao\\_projetos/interna.html?a=2017&n=156&t=PLE](https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2017&n=156&t=PLE)>. Acesso em: 15 mar. 2018.

## Sugestões de intervenção

### **A PLE nº 156 sugeriu as seguintes alterações no Programa 143 – Proteção das Áreas Ambientalmente Conservadas, da Fauna e da Biodiversidade Florestal:**

- No âmbito da Ação 4322:
  - implantar projetos voltados para a recuperação, preservação e reflorestamento das nascentes, topos de morros e áreas degradadas no território do Vale do Rio Doce, por meio da implementação de viveiros municipais;
  - cercar nascentes na Bacia do Rio Fanado;
  - acrescentar o território Médio e Baixo Jequitinhonha, com meta física 250 e meta financeira R\$1.438.580,00 (um milhão quatrocentos e trinta e oito mil quinhentos e oitenta reais).
- Na Ação 4086: acrescentar o território Alto Jequitinhonha e Médio e Baixo Jequitinhonha.
- Na Ação 4294: acrescentar território Vertentes, com meta física 1 e meta financeira R\$7.084,00.

- Na Ação 4380: alterar no território do Alto Jequitinhonha a meta física para 10 e a meta financeira para R\$2.567.900,00 (dois milhões quinhentos e sessenta e sete mil e novecentos reais).

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: \_\_\_\_\_. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão.** (Portal.) Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/tramitacao\\_projetos/documento.html?a=2017&n=156&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20170015603585%5Bcodi%5D%29%5Btxmt%5D%26p](https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2017&n=156&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20170015603585%5Bcodi%5D%29%5Btxmt%5D%26p)>. Acesso em: 15 mar. 2018.

## Resultados – Apreciação das sugestões de intervenção

Após análise pela Comissão de Participação Popular, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e pelo Plenário da ALMG, as sugestões foram ACOLHIDAS na forma de:

- **Emenda ao PPAG e à LOA:**
  - Programa: 143 – Proteção das Áreas Ambientalmente Conservadas, da Fauna e da Biodiversidade Florestal. Ação: 4294 – Monitoramento Ambiental. Acrescenta o território Vertentes, com meta física 1 e meta financeira R\$10.000,00.
  - Programa: 143 – Proteção das Áreas Ambientalmente Conservadas, da Fauna e da Biodiversidade Florestal. Ação: 4380 – Gestão das Unidades de Conservação. Altera as metas física para 10 e financeira para R\$2.567.940,00 (dois milhões quinhentos e sessenta e sete mil novecentos e quarenta reais) do território Alto Jequitinhonha (acréscimo de 1 na Meta física e R\$256.793,000 na Meta Financeira).
- **Emenda à LOA:**
  - Acréscimo de R\$ 100.000,00 na Ação 4322 – Fomento Florestal para Cercamento de Nascentes na Bacia do Rio Fanado.
- **Requerimentos:**
  - pedido de providências ao Instituto Estadual de Florestas para apoiar os municípios do território Vale do Rio Doce na constituição de viveiros de mudas e plantas nativas, no fornecimento de ferramentas e equipamentos em geral e na prestação de assistência técnica;
  - pedido de informações ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas sobre o planejamento de monitoramento das áreas recuperadas no âmbito da Ação 4322, do Programa 143, do PPAG 2016-2019, e sobre a possibilidade de inclusão do Território Médio e Baixo Jequitinhonha nessa ação;
  - pedido de providências ao Instituto Estadual de Florestas para verificar a viabilidade de realização de parcerias para a elaboração de estudos voltados ao zoneamento pesqueiro das bacias, à elaboração de listas com as espécies ameaçadas, ao mapeamento de áreas e corpos d'água prioritários e à conservação e à recuperação das bacias JQ1, JQ2 e JQ3, nos territórios Alto Jequitinhonha e Médio e Baixo Jequitinhonha.

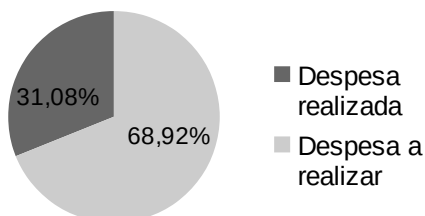
Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: \_\_\_\_\_. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão.** (Portal.) Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/tramitacao\\_projetos/documento.html?a=2017&n=156&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20170015603585%5Bcodi%5D%29%5Btxmt%5D%26p](https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2017&n=156&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20170015603585%5Bcodi%5D%29%5Btxmt%5D%26p)>. Acesso em: 15 mar. 2018.

## MONITORAMENTO DOS DESDOBRAMENTOS – PLE Nº 156/2017

### Visão geral da execução financeira do Programa 143 e das ações que foram objeto de emenda por sugestão popular – Jan-Set/2018.

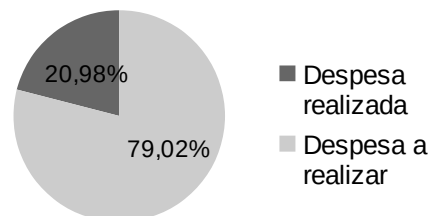
Os dados abaixo são preliminares, sujeitos a correção. A despesa a realizar considera o crédito autorizado.

#### PROGRAMA 143



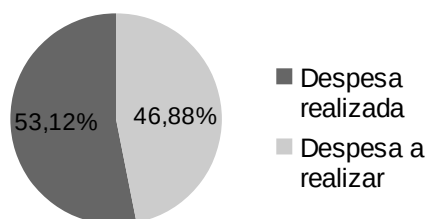
Despesa realizada	R\$ 28.003.812,39
Despesa a realizar	R\$ 62.085.113,91

#### AÇÃO 4322



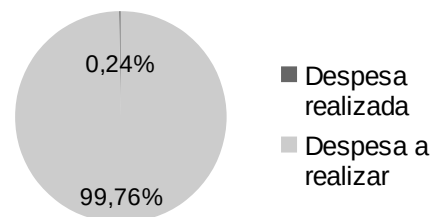
Despesa realizada	R\$ 2.119.532,56
Despesa a realizar	R\$ 7.980.858,32

#### AÇÃO 4380



Despesa realizada	R\$ 22.727.215,82
Despesa a realizar	R\$ 20.061.330,40

#### AÇÃO 4294



Despesa realizada	R\$ 52,66
Despesa a realizar	R\$ 21.447,34

Fonte: ARMAZÉNS de Informações da Administração Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Prodemge, 2018. Disponível em: <<http://www.armazem.mg.gov.br>>. Acesso em: 30 de setembro de 2018.

### Visão geral da execução financeira da ação monitorada – Jan/Set 2018

**AÇÃO:** 4322 - FOMENTO FLORESTAL

**FINALIDADE:** BUSCAR MECANISMOS E OPORTUNIDADES PARA CONSERVAR, AMPLIAR E CONSOLIDAR AS ÁREAS DE VEGETAÇÃO NATIVA E RECUPERAR ÁREAS DEGRADADAS.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Execução Financeira – Ação				Execução Financeira – Emenda			
Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado
10.170.000,00	10.100.390,88	2.119.532,56	20,98	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00

### Visão geral da execução financeira da ação monitorada – Jan/Set 2018

**AÇÃO:** 4380 - GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

**FINALIDADE:** ADMINISTRAR AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, INCENTIVANDO A PESQUISA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, TURISMO ECOLÓGICO E O USO MÚLTIPLO SUSTENTÁVEL DE MODO A CONTRIBUIR PARA A MANUTENÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA DO ESTADO.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Execução Financeira – Ação				Execução Financeira – Emenda			
Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado
32.612.860,00	42.788.546,22	22.727.215,82	53,12	256.793,00	256.793,00	0,00	0,00

Fonte: ARMAZÉNS de Informações da Administração Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Prodemge, 2018. Disponível em: <http://www.armazem.mg.gov.br>. Acesso em: 30 de setembro de 2018.

### Visão geral da execução financeira da ação monitorada – jan/Set 2018

**AÇÃO:** 4294 - MONITORAMENTO AMBIENTAL

**FINALIDADE:** REALIZAR O MAPEAMENTO, O INVENTÁRIO E O MONITORAMENTO DA COBERTURA VEGETAL (NATIVA E PLANADA) DO ESTADO E DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTES, VISANDO À MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECOLÓGICO, À CONSERVAÇÃO, À PRESERVAÇÃO, AO USO SUSTENTÁVEL E À RECUPERAÇÃO DOS ECOSISTEMAS, ALÉM DE MONITORAR O CONTROLE DE ATOS AUTORIZATIVOS E DECLARATÓRIOS, CONTROLE DA TAXA FLORESTAL E CONTROLE DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (FASE DE INSCRIÇÃO E ANÁLISE).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Execução Financeira – Ação				Execução Financeira – Emenda			
Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado
95.000,00	21.500,00	52,66	0,24	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00

Fonte: ARMAZÉNS de Informações da Administração Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Prodemge, 2018. Disponível em: <http://www.armazem.mg.gov.br>. Acesso em: 30 de setembro de 2018.

### Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 30/09?	Síntese da resposta
156	9632	Ao Instituto Estadual de Florestas encaminhando pedido de providências com vistas a apoiar os municípios do Território Vale do Rio Doce na constituição de viveiros de mudas e plantas nativas, no fornecimento de ferramentas e equipamentos em geral e na prestação de assistência técnica.	Sim	O IEF responde que não possui orçamento e nem recurso financeiro para a compra e fornecimento de equipamentos e ferramentas para a instalação de viveiros pelas prefeituras municipais. Entretanto, destacam a disponibilidade, mediante planejamento e parceria prévia,

## Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 30/09?	Síntese da resposta
				em oferecer assistência técnica para a produção de viveiros nos municípios de que trata o requerimento. Ressalta ainda que o IEF possui, sob administração da unidade regional IEF Rio Doce, dois viveiros florestais – Governador Valadares e Caratinga – que poderão fornecer mudas para os projetos de restauração dos municípios em questão.
156	9633	Ao Instituto Estadual de Florestas encaminha pedido de providências com vistas a verificar a viabilidade de realização de parcerias para estudos voltados ao zoneamento pesqueiro das bacias, à elaboração de listas com as espécies ameaçadas, ao mapeamento de áreas e corpos d'água prioritários e à conservação e à recuperação das Bacias JQ1, JQ2 e JQ3, nos Territórios Alto Jequitinhonha e Médio e Baixo Jequitinhonha.	Sim	O IEF esclarece que o zoneamento pesqueiro das bacias hidrográficas do Estado é uma prioridade deste instituto. Com relação à demanda por lista de espécies ameaçadas, informa que já concluiu os termos de referência para a elaboração de um estudo que avaliará o risco de extinção das espécies da fauna aquática do Estado e espera que a contratação e a elaboração desse estudo possa ser feita ainda este ano. Fontes de financiamento externas e parcerias com órgãos federais estão sendo estudadas, diante da realidade financeira do Estado. Quanto à priorização de áreas e corpos d'água para a conservação e a restauração, o IEF esclarece que está em licitação a contratação de pessoa jurídica para elaboração do Planejamento Sistemático da Conservação e da Restauração da Biodiversidade e dos Serviços Ecosistêmicos dos Biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica. Tal estudo identificará as áreas e corpos hídricos mais críticos no Estado, considerando seu valor ecológico, seus usos diretos ou indiretos e seu grau de ameaça.
156	9657	Ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas encaminhando a pedido de informações sobre o planejamento de monitoramento das áreas recuperadas no âmbito da Ação 4322, do Programa 143, do PPAG 2016-2019, e sobre a possibilidade de inclusão do Território Médio e Baixo Jequitinhonha nessa ação.	Não	

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: \_\_\_\_\_. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão.** (Portal.) Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/tramitacao\\_projetos/index.html](https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/index.html)>. Acesso em: 30 de setembro de 2018.

Nota: nos termos da Constituição do Estado, a autoridade estadual que, em resposta a pedido escrito de informação encaminhado pela

Assembleia Legislativa, se recusar a responder, não atender no prazo de 30 dias ou prestar falsa informação, pode ser responsabilizada. Cumpre observar que os pedidos de providência possuem natureza distinta dos de informação. Eles podem ser encaminhados a autoridade de outras esferas federativas e, até por isso, não há previsão legal da obrigação de que sejam respondidos.

Acesse o site [Políticas Públicas ao Seu Alcance](#) para saber mais sobre a política pública de [Meio Ambiente](#) e monitorar sua execução ao longo do ano.